

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 16/03/2017

- [Conselheiros de direitos humanos criticam propostas de revisão do ECA](#)
- [Piauí avança na criação da Rede Estadual da Primeira Infância](#)
- [Pautas da Secretaria de Infância e Juventude são discutidas em reunião na AMB](#)
- [Membros de secretaria da AMB se reúnem na Corregedoria do CNJ para tratar do Cadastro Nacional de Adoção](#)
- [Paulo Câmara - "Priorizar a Primeira Infância é fundamental para um futuro melhor"](#)

Assunto: Conselheiros de direitos humanos criticam propostas de revisão do ECA

Fonte: Portal Andi

Data: 16/03/2017



Conselheiros de defesa dos direitos da infância e da adolescência debateram nesta terça-feira (14) com deputados propostas de mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em audiência pública realizada pela comissão especial da Câmara que discute o projeto de Lei (PL) 7.191/2002, representantes de conselhos de direitos humanos criticaram os textos que tramitam na Casa e visam a reduzir a idade penal ou aumentar o tempo de internação dos adolescentes.

O projeto de lei em debate estabelece que as medidas socioeducativas previstas no ECA possam ser aplicadas a jovens que já atingiram a maioridade penal. Mais 52 projetos em trâmite na Câmara propõem alterações no ECA e estão apensados ao PL 7.191. O teor de algumas das propostas prevê a ampliação do tempo máximo de internação de três para dez anos.

O endurecimento da pena para os jovens é apoiado pelo relator da chamada Reforma do ECA na Câmara, Aliel Machado (Rede-PR), em casos de crimes considerados mais graves. O deputado, no entanto, disse que só vai fechar seu parecer depois de ouvir os atores envolvidos no assunto.

Retrocesso

Romero José da Silva, integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), afirmou que a entidade mantém posição contrária à redução da idade penal e ao aumento do tempo de internação. Silva considera retrocesso qualquer tentativa de

eliminar os direitos garantidos pelo ECA. “O Conanda não volta atrás e não faz nenhuma discussão em favor da redução da maioria penal, nem no aumento do tempo de detenção”, declarou.

Silva chamou a atenção para a responsabilidade da comissão especial no tratamento da temática, principalmente como mediadora entre os desejos da sociedade e os defensores do sistema de garantia de direitos. E fez um apelo para que os deputados não cedam à pressão para reduzir a maioria penal ou aumentar a reclusão.

Segundo Silva, o Brasil tem hoje pouco mais de 22 mil adolescentes e jovens cumprindo medida de internação a um custo total de R\$ 5 bilhões. “Estamos falando de uma média de cada adolescente internado custando em torno de R\$ 13 mil, estamos falando de um custo caro, que vai de encontro à pauta do governo de corte de gastos”, argumentou.

Tortura

O representante do Conanda destacou ainda que o sistema socioeducativo brasileiro apresenta problemas como a institucionalização da prática da tortura e a negação de vários direitos fundamentais.

De acordo com o conselheiro, essa realidade não garante a ressocialização dos adolescentes, estimula a reincidência e, por isso, inviabiliza o aumento de detentos nas unidades e do seu tempo de permanência dentro delas. “É preciso falar sobre um sistema que mantém os meninos confinados e não garante ressocialização, pelo contrário, há um processo de despersonalização humana”, disse.

Para o conselheiro e assistente social do Distrito Federal Fábio Félix, as propostas atuais já vigoraram em códigos anteriores ao ECA e não surtiram o efeito desejado de redução da criminalidade e melhoria na segurança pública. “O ECA surge como ruptura ao modelo anterior. Quem defende redução da maioria ou aumento da internação defende uma legislação que já existiu. Não é proposta criativa nem inovadora, isso já foi aplicado e não funcionou”, afirmou Félix.

Para o assistente social, a discussão deveria girar em torno de propostas que garantissem a contratação de mais profissionais, melhorias nas estruturas e na forma de tratamento, além de investimento em medidas educativas no meio aberto.

Bisneto da senzala

Já para Telma Melo, integrante do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Distrito Federal, é necessário também refletir sobre o perfil dos adolescentes em conflito com a lei que, em sua maioria, são negros e pobres. “O sistema socioeducativo brasileiro é bisneto da senzala, porque ele tem cor e classe social.”

Telma ressaltou que recebe várias denúncias de violação de direitos humanos ocorridas dentro das unidades de internação e que os casos não são devidamente apurados. “Só vemos os crimes cometidos pelos adolescentes. Mas eles são tutelados pelo Estado, que tem que garantir a proteção física e a vida destes adolescentes. É preciso repensar essa lógica, porque senão vamos continuar fazendo vítimas.”

A conselheira propôs também que os deputados ouçam adolescentes que fazem parte do sistema ou que já cumpriram alguma medida socioeducativa, e o relator Aliel Machado disse que já ouviu adolescentes em algumas unidades de internação do país. Ele informou que, na próxima semana, continuará com a série de visitas aos centros de internação.

Assunto: Piauí avança na criação da Rede Estadual da Primeira Infância

Fonte: Portal Andi

Data: 16/03/2017



O governador Wellington Dias se reuniu, nessa terça-feira (14), com representantes de órgãos e instituições integrantes da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente no Piauí. Em pauta, a elaboração dos planos estadual e municipais da primeira infância. Trata-se de uma política pública direcionada ao público de 0 a 6 anos, voltada ao desenvolvimento integral das crianças nessa faixa etária.

A primeira infância foi tema de uma especialização feita pelo governador Wellington Dias na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, uma das mais conceituadas do mundo.

Dentre os diversos aspectos a serem trabalhados na realidade local, Dias destacou o combate ao déficit de aprendizagem. “Precisamos estruturar a Rede Cegonha para diagnosticar, na fase inicial da vida, aqueles que têm dificuldade de aprender e cuidar deles. A família de classe média alta tem acesso ao ensino mais cedo. As famílias pobres também têm esse direito”, pontuou o governador.

No Piauí, 172 municípios aderiram ao programa Primeira Infância. Desses, 48 já elaboraram os planos de ação, incluindo Teresina. No momento, o Governo do Estado está instituindo o Comitê Gestor para acompanhamento do Programa Criança Feliz, ferramenta criada pelo governo federal para operacionalizar as ações efetivas do plano.

“É um programa intersetorial. Envolve saúde, educação, cultura, assistência social, justiça, direitos humanos e muitas outras instituições, para que possamos oferecer uma assistência integral que a criança necessita”, explicou Rosângela Sousa, diretora da Unidade de Gestão do Suas, da Secretaria de Estado da Assistência Social (Sasc).

Presente ao encontro, a integrante da Secretaria Executiva do Plano Nacional Primeira Infância, Simone Valadares, avaliou positivamente o avanço do Piauí na criação da Rede Estadual da Primeira Infância.

“A rede estadual pode entrar nos municípios fortalecendo ainda mais as ações para atingirmos os objetivos propostos”, destacou Simone.

Participaram também da reunião, o secretário de Estado da Saúde, Francisco Costa; o secretário de Estado da Assistência Social, José Santana; representantes do Conselho Tutelar, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ordem dos Advogados do Brasil e Cria.

Assunto: Pautas da Secretaria de Infância e Juventude são discutidas em reunião na AMB

Fonte: AMB

Data: 16/03/2017



Os projetos em tramitação no Congresso Nacional sobre Infância e Juventude foram discutidos nessa terça-feira (14) em reunião do presidente da AMB, Jayme de Oliveira, com a juíza Valéria da Silva Rodrigues, secretária da Secretaria de Infância e Juventude da entidade.

Valéria Rodrigues destacou as matérias que estão tramitando em regime de urgência e reafirmou o compromisso de sua pasta em acompanhar todas as pautas dessa área. “Estamos acompanhando esses projetos da Infância e Juventude pela AMB e apresentando propostas de substitutivos, fazendo um trabalho direto com os parlamentares”, disse.

A juíza elencou diversos projetos de lei de interesse da secretaria, entre eles o PL 5850/2016, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o PL 7197/2002, que trata da aplicação de medidas sócio-educativas aos infratores que atingirem a maioridade penal.

A realização anual do Congresso da Infância e Juventude, previsto para outubro, também foi abordada no encontro.

Ainda participaram da reunião o vice-presidente de Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos Jurídicos da AMB, Nelson Missias de Moraes; o coordenador da Justiça Estadual da entidade, Frederico Mendes Júnior; e a secretária da Secretaria de Planejamento Estratégico e Previdência Rosimere Graças do Couto.

Assunto: Membros de secretaria da AMB se reúnem na Corregedoria do CNJ para tratar do Cadastro Nacional de Adoção

Fonte: AMB

Data: 16/03/2017



O sistema de tecnologia da informação do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) foi pauta da reunião entre membros da secretaria de Articulação com o STF, Tribunais Superiores e CNJ da AMB, com o assessor da juíza auxiliar da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Paulo Arevalo, na tarde de terça-feira (14), na Corregedoria Nacional de Justiça.

O encontro teve como objetivo discutir sobre a eficiência do sistema que coleta e distribui informações sobre crianças e adolescentes disponíveis para adoção e pessoas interessadas em adotar. Segundo Marcia Succi, secretária de Articulação junto ao CNJ, o sistema atual excluiu previsões importantes do antigo, que são úteis para o trabalho dos juízes da infância e da juventude. “Os juízes refutam essas previsões e esse problema no sistema está dificultando o trabalho de inserção de dados. Além disso, há informação de que o sistema atual não é devidamente alimentado, pois não teriam migrado os dados detalhados das crianças e dos interessados na Adoção. Desta forma, foram apresentadas algumas sugestões para melhorias do sistema”, informou a magistrada.

Entre as sugestões, estão a necessidade de que o novo sistema possibilite o preenchimento de todas as informações disponibilizadas no CNA antigo, que era facultativa, e torná-las obrigatórias, com objetivo de facilitar a comunicação; retorno da funcionalidade de busca de pretendentes para crianças que ainda não estavam cadastradas no sistema; criação de campos para inserção de números de telefone, migração dos e-mails já cadastrados; possibilidade de buscas por aproximação; e permissão para realização de consultas, através do CPF ou n. do processo de habilitação, por qualquer Comarca, facilitando a migração dos dados.

O CNJ também trabalha na melhoria do sistema, de modo a atender as demandas dos juízes e, da mesma forma, fazer com que eles também sejam capazes de alimentar o sistema de informação do cadastro de acordo com o que acharem necessário. A secretária afirma que workshops estão sendo feitos em todo o país com o intuito de ouvir o que os magistrados têm a dizer sobre o tema. “Precisamos participar ativamente da organização do novo sistema e fazer um fechamento do que é preciso para melhorá-lo”, finalizou.

Assunto: Paulo Câmara - "Priorizar a Primeira Infância é fundamental para um futuro melhor"

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 16/03/2017



A importância dos cuidados e da qualidade das experiências na Primeira Infância. Esse foi o tema da conferência que o governador Paulo Câmara e primeira-dama Ana Luiza Câmara acompanharam, nesta quarta-feira (15.03), no Palácio do Campo das Princesas. A palestra foi proferida pela professora e neurocientista Anna Lúcia Campos – diretora do Centro Ibero Americano de Neurociência, Educação e Desenvolvimento Humano (CEREBRUM). Com o mote “Podem as experiências modificar o cérebro de nossas crianças? ”, o encontro abordou assuntos como a individualidade, a potencialidade e os neuromitos dos primeiros anos de vida. Para o chefe do Executivo estadual, a palestra foi uma oportunidade de destacar a importância da priorização do tema.

"Os estudos mostram que cuidar da Primeira Infância faz uma diferença enorme no futuro das novas gerações. Cuidar da criança é essencial, então tenho certeza de que priorizar esse tema é fundamental para um futuro melhor", avaliou. Paulo Câmara também ressaltou o papel que os gestores governamentais têm na busca de evidenciar o assunto. "Muitas vezes, os gestores se atêm a pautas presentes e emergenciais, mas é fundamental planejar o futuro a partir da valorização da Primeira Infância", afirmou. Câmara ressaltou, ainda, que a palestra vai além de uma troca de experiências. "A conferência nos possibilita identificar de que forma podemos avançar no tema", considerou.

Palestrante, Anna Lúcia Campos afirmou que o estudo da Primeira Infância tem trazido resultados positivos. “Temos sentido, nos últimos anos, que a dedicação à ciência do desenvolvimento infantil vem dando luzes significativas para os diferentes campos de ação. Agora, nós falamos do desenvolvimento das crianças podendo escanear o cérebro e saber o que está sendo ativado nos primeiros anos de vida de uma criança”, afirmou. Anna destacou o esforço da administração estadual em investir no tema em Pernambuco. “O governador Paulo Câmara consegue reunir todas as secretarias a favor da Primeira Infância e isso é algo difícil de ver”, frisou.

Na ocasião, o chefe do Executivo estadual também destacou a inauguração do curso de Especialização em Neuroeducação e Primeira Infância, na modalidade à distância. Promovido pela Universidade de Pernambuco (UPE) em parceria com o CEREBRUM, o curso será iniciado no próximo dia 19 de março. "O início dessa especialização na UPE é uma semente que estamos plantando na busca de que a política da Primeira Infância se expanda com mais rapidez. Para que os conceitos cheguem mais rapidamente e as ações possam sair do papel de maneira efetiva", concluiu.

Compuseram a mesa o presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), Guilherme Uchôa; o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Leopoldo Raposo; Renato Thiebaut, à frente do Gabinete de Assuntos Estratégicos; a vice-primeira-dama, Luiza Nogueira; e a coordenadora do Programa Mãe Coruja, Elizabeth Andrade Lima. Também estiveram presentes os secretários Nilton Mota (Agricultura); Bruno Lisboa (Habitação); Roberto Franca (Desenvolvimento Social, Criança e Juventude); Sílvia Cordeiro (Mulher); o secretário interino de Educação, João Charamba; e o chefe da Casa Militar, Coronel Eduardo Pereira.

BIOGRAFIA – Assessora e consultora internacional com mais de dezoito anos ministrando conferências em diferentes países, Anna Lúcia Campos é educadora com Mestrado em Neurociências, Psicobiologia e Neurociência Cognitiva. Especialista em Desenvolvimento Cerebral Infantil, líder da Science of Early Child Development na América Latina (Ciência do Desenvolvimento da Primeira Infância). Atualmente, também exerce a direção no Centro para o Desenvolvimento Infantil LEARN & PLAY, em Lima, Peru, e nos projetos Child Development Lab, também em Lima, e Neuroeducação Latino América.